

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



**EDUCAÇÃO:
AGREGANDO, INCLUINDO E
ALMEJANDO OPORTUNIDADES**

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



**EDUCAÇÃO:
AGREGANDO, INCLUINDO E
ALMEJANDO OPORTUNIDADES**

4

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-415-3

DOI 10.22533/at.ed.153202309

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISES ESTATÍSTICAS PARA INVESTIGAR POSSÍVEIS FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
Elizabeth Lima Bezerra	
Katia Pires Nascimento do Sacramento	
Vinicius Pereira do Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.1532023091	
CAPÍTULO 2	7
GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PROPOSIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO TOCANTINENSES	
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito	
Meire Lucia Andrade da Silva	
Ana Gabriela Ferreira Brito	
Aldeniza Pereira da Silva	
Maria das Graças Pereira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1532023092	
CAPÍTULO 3	12
VISTA MINHA PELE: RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E REFLEXÕES SOBRE ARTES, IDENTIDADE E INTOLERÂNCIA	
Erika Rodrigues Coelho	
Natalino da Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023093	
CAPÍTULO 4	26
VIOLÊNCIA NA ESCOLA PRATICADA POR ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE SUAS TIPOLOGIAS E CONSEQUÊNCIAS À LUZ DO DIREITO INFANTO-JUVENIL	
Maria Aparecida Alkimim	
Mario Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1532023094	
CAPÍTULO 5	46
A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	
Rosilene Alves da Silva Vitorini	
Noemi Ferreira Felisberto Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023095	
CAPÍTULO 6	55
EDUCAÇÃO JURÍDICA NO TIMOR-LESTE: UM ESTUDO DE CASO	
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023096	

CAPÍTULO 7	66
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Juliana Telles Faria Suzuki	
Maria Cecilia Marin Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023097	
CAPÍTULO 8	79
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024	
Amanda Maria Gomes Cordeiro Alves	
Andreia Patrícia Alves Vasconcelos Vieira	
Jacy de Araújo Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.1532023098	
CAPÍTULO 9	92
DO PLANTIO AO CASAMENTO DA DONA BARATINHA	
Cleidiane Luzia Macedo	
Tatiana da Rocha Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1532023099	
CAPÍTULO 10	98
GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O QUE PODE A ESCOLA APRENDER COM OS GAMES?	
Renata da Graça Aranha Boiteux	
DOI 10.22533/at.ed.15320230910	
CAPÍTULO 11	112
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NA ESCOLA MUNICIPAL CÂNTIDIO ANTUNES DOS SANTOS	
Rosane Lima Fonseca	
Sebastiana Ribeiro de Sousa	
Willamy Fonseca Vogado	
DOI 10.22533/at.ed.15320230911	
CAPÍTULO 12	115
ACESSIBILIDADE EM EVENTOS	
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.15320230912	
CAPÍTULO 13	128
A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS	
Veronica Ribeiro da Silva Cordovil	
Marivalde Moacir Francelin	
DOI 10.22533/at.ed.15320230913	

CAPÍTULO 14.....	143
REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BAHIA	
Janille da Costa Pinto	
Cláudia Celeste Lima Costa Menezes	
Luciane Cunha da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15320230914	
CAPÍTULO 15.....	156
EDUCAÇÃO DIALÓGICA NAS AULAS DE LITERATURA DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DA UFPB	
Aline Ferreira Pereira	
Maria Elizabeth Silva de Brito	
Polliana da Penha Silva Galdino	
Sandro dos Santos Nascimento	
Maria da Glória Costa de Sousa	
Fabiana Alves Moreira de Barros	
Suelidia Maria Calaça	
DOI 10.22533/at.ed.15320230915	
CAPÍTULO 16.....	163
“PROJETO LER MAIS”: AÇÕES DE PRÁTICAS LEITORAS PARA OS APOSENTADOS DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO (PAI)	
Maria de Fátima Ribeiro dos Santos	
Marina Rocha Palácio	
Vanessa Teles Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.15320230916	
CAPÍTULO 17.....	181
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COM METODOLOGIA ATIVA E DESIGN THINKING	
Antonio Sergio Bernardo	
DOI 10.22533/at.ed.15320230917	
CAPÍTULO 18.....	197
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Bárbara Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.15320230918	
CAPÍTULO 19.....	205
A TÃO FALADA “EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA”: NOTAS REFLEXIVAS	
Fabrícia Carla de Albuquerque Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
Claudiane Oliveira Pimentel Fabricio	
DOI 10.22533/at.ed.15320230919	

CAPÍTULO 20.....	213
CAPACITAÇÃO EM REVIT E EXCEL PARA ENGENHARIA CIVIL	
Anna Beatriz Rodrigues de Queiroz	
Cláudia Patrícia Torres Cruz	
Leonardo da Silva Dias	
Rodrigo Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.15320230920	
CAPÍTULO 21.....	223
TECNOLOGIA ASSISTIVA: AUTONOMIA, QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL	
Regina Elaine Santos Cabette	
Eduardo Luiz Santos Cabette	
Bianca Cristine Pires dos Santos Cabette	
DOI 10.22533/at.ed.15320230921	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235
ÍNDICE REMISSIVO.....	236

CAPÍTULO 12

ACESSIBILIDADE EM EVENTOS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

Instituto Federal de Brasília

Brasília – Distrito Federal

<http://lattes.cnpq.br/3503134379539465>

RESUMO: O setor de eventos no Brasil está em ascensão, ativando uma cadeia produtiva que envolve diversos segmentos de negócios, impulsionando micro e pequenas empresas prestadoras de serviços em todas as regiões. De acordo com dados do IBGE (2010) 23,9% da população brasileira, ou seja, 45.623.910 de pessoas, possui pelo menos uma deficiência, em diferentes graus de dificuldade podendo ser visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. O objetivo central deste artigo é abordar os principais requisitos de acessibilidade na realização de eventos contemplando as deficiências físicas, visuais e sensoriais. A opção metodológica foi de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa destacando as principais práticas inclusivas bem como tecnologias assistivas que estão sendo adotadas em eventos e outras que podem ser adaptadas em eventos internacionais e nacionais.

PALAVRAS - CHAVE: Eventos, acessibilidade, pessoas com deficiências.

ACCESSIBILITY IN EVENTS

ABSTRACT: The events sector in Brazil is on the rise, activating a production chain that involves several business sectors, boosting micro and small companies that provide services in all regions. According to IBGE data (2010) 23.9% of the Brazilian population, that is, 45,623,910 people, has at least one change, in different degrees of difficulty, which can be visual, auditory, motor, or mental or intellectual. The main objective of this article is to address the prime accessibility requirements for hosting events, including physical, visual, and sensory disabilities. The methodological approach to this research was exploratory, descriptive, and qualitative, standing out as the main inclusive practices, as well as assistive technologies, which are adopted in events and others that can be adapted in international and national events.

KEYWORDS: Events, accessibility, people with disabilities.

1 | INTRODUÇÃO

O setor de eventos no Brasil está em ascensão, ativando uma cadeia produtiva que envolve diversos segmentos de negócios, impulsionando micro e pequenas empresas prestadoras de serviços em todas as regiões. Em 2013 por exemplo, a Região Centro Oeste realizou cerca de 54.698 eventos. Este cenário implica em uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas futuras de negócios, bem como uma análise das ações e projetos necessários

ao desenvolvimento setorial de forma sistêmica e sustentável (ABEOC BRASIL, 2014).

Em contrapartida, verifica-se que o princípio da acessibilidade, ou seja, que todos os cidadãos, não somente aqueles com deficiência, tenham acesso a todos os espaços e formatos de produtos e serviços ainda não está colocado em prática.

Analisando esse tema relevante e atual, Setubal e Fayan (2016) argumentam que acessibilidade constitui-se na verdadeira espinha dorsal, na medida em que perpassa e/ou complementa todos os outros princípios e direitos, determinando cumprimento rigoroso para toda a sua aplicação.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) 23,9% da população brasileira, ou seja, 45.623.910 de pessoas, possui pelo menos uma deficiência, em diferentes graus de dificuldade podendo ser visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. A predominância é a deficiência visual, afetando 18,6% da população brasileira. A deficiência motora está em segundo lugar, atingindo 7% da população; seguida da deficiência auditiva, em 5,1%; e da deficiência mental ou intelectual, em 1,4%.

Nessa perspectiva, considera-se que este público também frequente espaços de lazer bem como eventos de um modo geral. Com o propósito de reunir informações de uma temática extremamente atual no campo do lazer, turismo e mercado de eventos foi imprescindível levar em consideração a legislação brasileira abordando principalmente a autonomia das pessoas com deficiência.

Existem múltiplas possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem ser disponibilizados na área de eventos para as pessoas com deficiências. Outros, porém, requerem investimentos mais substanciais e sobretudo exigem um planejamento mais detalhado, a longo prazo. Ressalta-se ainda a importância do cumprimento de normas tais como a ABNT NBR 9050:2015.

Em uma consulta em artigos científicos em revistas da área de turismo e hospitalidade observa-se que há uma lacuna na abordagem sobre a acessibilidade em eventos. Desta forma verificou-se que o SEBRAE São Paulo disponibilizou um Guia de Acessibilidade sendo uma importante fonte de consulta para pesquisadores, planejadores e organizadores de eventos do Brasil.

Diante do exposto, o objetivo central deste artigo é abordar os principais requisitos de acessibilidade na realização de eventos contemplando as deficiências físicas, visuais e sensoriais. A opção metodológica foi de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa destacando as principais práticas inclusivas bem como tecnologias assistivas que estão sendo adotadas em eventos e outras que podem ser adaptadas em eventos internacionais e nacionais.

2 I ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM EVENTOS

O termo “pessoa com deficiência” foi homologado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada no Brasil em 2009.

Considera-se uma pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Desde 2014, avaliação da pessoa com deficiência é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com base no conceito de funcionalidade disposto na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF, e mediante a aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IFBrA. De acordo com o Decreto 5.292/2004 as pessoas com deficiência possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

- a. deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b. deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c. deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d. deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e

trabalho;

- e. deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Além das deficiências supracitadas acredita-se ser pertinente neste estudo abordar também o conceito de pessoa com mobilidade reduzida, uma vez que essas pessoas também frequentam os diversos tipos de eventos.

As pessoas com mobilidade reduzida não se enquadram no conceito de pessoa com deficiência, porém estas por qualquer motivo apresentam limitações de movimentar-se permanente ou temporariamente, possuem redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

A ABNT NBR 9050 (2015) classifica pessoas com mobilidade reduzida, o idoso, o obeso, a gestante, pessoas com crianças de colo. A pessoa idosa é aquela que atingiu a plenitude da idade, mas apresenta limitações físicas, cardíacas e neurológicas. No Brasil, é considerada idosa a pessoa com 60 anos ou mais. A pessoa obesa é aquela que excedeu o índice de massa corporal (IMC) adequado para sua constituição física.

Diante do exposto, ressalta-se que todas as pessoas com deficiências, mobilidade reduzida e idosas têm direito a frequentar espaços públicos e privados com autonomia, independência e segurança. Embora seja um grande desafio para a toda a sociedade brasileira e empresários do segmento de eventos incluir todas essas pessoas, destaca-se que o Brasil possui hoje uma legislação robusta, além de programas governamentais e ações institucionais das pessoas com deficiência. Além disso, conta ainda com uma regulamentação com extensas e detalhadas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre acessibilidade (ONU, 2013).

A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance das pessoas com deficiência para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso coletivo, público ou privados, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Desde a Convenção dos Direitos Humanos (2006) a temática que diz respeito à autonomia das pessoas com deficiência vem sendo abordada com veemência. De acordo com o artigo 20 da Convenção, a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência devem ser asseguradas com a máxima independência possível: a) facilitando a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível; b) facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tornando-

os disponíveis a custo acessível; c) propiciando às pessoas com deficiência e ao pessoal especializado uma capacitação em técnicas de mobilidade; d) Incentivando entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência.

No que tange às tecnologias assistivas, no Brasil a demanda de estudos e desenvolvimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiências surge em 2006 com a instituição do CAT (Comitê de Ajudas Técnica) através da portaria nº142, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

De acordo com Bersch (2013) o CAT foi instituído com objetivos principais de apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva; estruturar as diretrizes da área de conhecimento; realizar levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalham com o tema; detectar os centros regionais de referência, objetivando a formação de rede nacional integrada; estimular nas esferas federal, estadual, municipal, a criação de centros de referência; propor a criação de cursos sobre tecnologia assistiva, bem como o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados e propor a elaboração de estudos e pesquisas, relacionados com o tema da tecnologia assistiva (Brasil, 2009).

Para Garcia e Filho (2012) o conceito de tecnologia assistiva é uma expressão nova, que ainda está em processo de construção e sistematização, com apropriação incipiente e recente. O conceito ainda em construção que subsidiou as políticas públicas do Brasil é resultado de uma revisão da literatura internacional pelos membros do CAT que levaram em consideração os termos de “*Ayudas Tecnicas*”, Ajudas Técnicas, “*Assistive Technology*”, Tecnologia Assistiva e Tecnologia de Apoio (Bersch, 2013).

A tecnologia assistiva ou ajuda técnica são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

No âmbito do objeto de estudo desta pesquisa, verifica-se que as terminologias de acessibilidade e de tecnologias assistivas devem estar contempladas desde a concepção de evento para que as barreiras encontradas por pessoas com deficiência sejam transpostas ou minimizada. Entende-se por barreiras qualquer tipo entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015).

De acordo com a Lei 13.146/2015 as barreiras são classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; e f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Diante do exposto, salienta-se que existem tecnologias assistivas apropriadas para auxiliar na locomoção, no acesso à informação e na comunicação, no controle do ambiente e em diversas atividades do cotidiano como o estudo, o trabalho, inclusive o lazer. As cadeiras de rodas, as bengalas, as órteses e próteses, os aparelhos auditivos e os controles remotos são apenas alguns exemplos de tecnologias assistivas (UNICAMP, 2006).

No caso dos eventos, este estudo buscou apresentar alguns tipos de tecnologias assistivas e práticas inclusivas que podem ser aplicadas em eventos de pequeno, médio e grande porte com a finalidade de ampliar a participação das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida contribuindo assim com a transposição de todos os tipos de barreiras.

Ainda no contexto da temática da acessibilidade em eventos, o deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB) protocolou o projeto de Lei (PL 6860/17) que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência em eventos realizados ao ar livre, alterando a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O deputado argumenta que a legislação vigente não explicita claramente sua aplicabilidade a instalações temporárias de eventos realizados ao ar livre: “Grandes eventos com atividades culturais e esportivas são promovidos durante todo o ano em muitas cidades brasileiras. Esses eventos frequentemente atraem milhares de pessoas, porém nem todos podem participar devido a restrições de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” explica o deputado (Câmara dos Deputados, 2017).

O referido projeto ainda está sendo analisado pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesse contexto, espera-se que a aprovação do mesmo possa gerar impactos positivos a todo o segmento de produção de eventos com vistas ao reconhecimento de uma demanda de pessoas que não frequentam

todos os espaços físicos destinados a realização de eventos.

2.1 Planejamento de eventos com acessibilidade

O processo de planejamento de um evento exige o estudo da viabilidade que deverá demonstrar como concretizar o evento, detalhando estruturas, necessidade de pessoal, fontes de financiamento e cronograma para desenvolvimento do projeto (Fontes e Britto, 2002).

Na etapa do planejamento deve-se incluir todos os custos referentes à acessibilidade no primeiro orçamento previsto para o evento que será operacionalizado. Tal preocupação é abordada pela equipe do Sebrae São Paulo, com as seguintes recomendações: a) conhecer as nomenclaturas corretas, com atenção ao se referir às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O termo portador de deficiência não existe mais. Sugere-se evitar siglas também ao abordar pessoas com deficiência, como por exemplo PCD ou PNE; b) selecionar locações considerando também o aspecto da acessibilidade, para não ter surpresas e custos grandes de adaptação depois; c) atribuir a operação de requisitos de acessibilidade a um dos produtores do evento desde o início. De acordo com os autores do guia do Sebrae (2016) não é necessário contratar alguém especialmente para realizar esta tarefa (a menos que seja um evento de grande porte). A pessoa escolhida deverá ser a mesma pessoa que permanecerá na área reservada durante o evento, ou seja, alguém que tenha a competência de lidar com o público e agilidade na resolução de problemas e conflitos.

De acordo com organizadores de eventos da empresa *Eventbrite* existem 5 (cinco) pontos-chaves para o planejamento de um evento acessível: o local, a alimentação, a sinalização, o traslado e a divulgação. A saber:

O local: orienta-se verificar se possui a infraestrutura necessária. Verificar os acessos com entrada para pessoas que utilizam cadeira de rodas e que possam se locomover dentro do evento com autonomia e segurança; verificar os sanitários para pessoas com mobilidade reduzida, lugares especiais no estacionamento, e espaços com prioridade para pessoas que não possam ficar de pé por muito tempo.

Alimentação: planejar um *coffee break*, coquetel, almoço ou jantar levando em consideração opções de alimentos com pouco açúcar, gorduras, e inclua no cardápio opções vegetarianas e sem glúten para todos participantes, inclusive aqueles que têm alergias ou restrições alimentares.

Sinalização: recomenda-se distribuir cartazes ou placas com letras em tamanho legível, e incluir uma equipe que possa orientar os participantes quanto a locomoção no evento. Deve-se contratar um sistema de alto-falantes para que as instruções e avisos sejam ouvidos em diferentes setores do evento.

Traslados: informar-se previamente sobre quais meios de transporte público

chegam até o local do evento, e baseado nisso conferir se incluem serviços para pessoas com deficiência. Com essa informação, verifica-se a necessidade de contratação de reforços ou se o espaço possui estacionamento. Se o evento for realizado em um espaço muito grande, ou em diferentes salões, recomenda-se interligar o traslado entre os diferentes locais.

Divulgação: deve-se inserir diferentes serviços que possam dar suporte à comunicação do evento, como gráficos, áudios, meios digitais e audiovisuais.

Em relação a eventos de grande porte, com a participação de pessoas com deficiências de outras cidades há que se pensar uma logística maior, englobando desde a chegada delas nos aeroportos, rodoviárias e em outros pontos de acolhimento em lugares estratégicos que facilitem o acesso e o deslocamento não somente ao local do evento mas em outros pontos de interesse da cidade anfitriã.

Os meios de hospedagem também devem estar preparados para receberem as pessoas com deficiência. Recomenda-se que se tenha um levantamento prévio das quantidades de todos os meios de hospedagens que estarão disponíveis bem como quais tipos de deficiências poderão atender. Embora a legislação vigente determine que todos os meios de hospedagens ofereçam 10% dos seus leitos adaptados para hóspedes com deficiência, esta da legislação tem gerado polêmicas no meio empresarial do ramo de hotelaria. Pois, os proprietários de estabelecimentos de meios de hospedagem questionam o número de 10% alegando ser alto e não estar de acordo com a realidade.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e qualitativo. O estudo foi dividido em basicamente em três etapas metodológicas.

A seguir os detalhamentos dos referidos procedimentos:

1. Levantamento bibliográfico abordando as principais deficiências e uma reflexão referente a participação das pessoas com deficiência em eventos. O levantamento bibliográfico desta pesquisa iniciou-se com a aprovação da proposta de Estágio pós doutoral aprovada pelo Edital da Capes (BEX/2016) na *Universidad de Las Palmas de Gran Canaria*, na Espanha. A proposta do estágio teve a princípio o turismo acessível como objeto de pesquisa. Com o objetivo de discutir a temática da acessibilidade em eventos optou-se em um primeiro momento em contextualizar alguns conceitos através da legislação brasileira voltada para as pessoas com deficiência.
2. Identificação das principais adequações para pessoas com deficiências aplicadas em eventos. Esta fase da pesquisa foi norteada por duas importantes fontes de consultas, a ABNT NBR 9050/2015 e o Guia de Eventos Acessíveis, Sebrae (2016).

3. Elaboração de um quadro referência com as principais deficiências, práticas inclusivas e tecnologias assistivas.

Na terceira etapa da pesquisa utilizou-se como referência a ABNT NBR 9050:2015, pesquisa em diversos sites de prestadores de serviços além do Guia de Acessibilidade de Eventos do Sebrae/SP. Ressalta-se ainda, que a observação in loco em dois mega eventos internacionais: a Jornada Mundial da Juventude (Cracóvia, Polônia) e Show do ColdPlay (Amsterdã, Holanda) durante o estágio pós doutoral complementam uma revisão da aplicação de novas tecnologias e assistências para prestação de serviços para pessoas com deficiência em eventos.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram sistematizados no quadro 1, referência dada a necessidade de sintetizar os resultados da pesquisa. Acredita-se que estes achados ampliarão à medida que os estudos em tecnologias assistivas também serão concebidas com o objetivo da transposição de barreiras em eventos.

Tipo de deficiência	ABNT 4050:2015	Práticas inclusivas e TA
Física	<p>piso com superfície regular, antiderrapante; área para manobra de cadeira de rodas com deslocamento: rotação de 90° 1,20m x 1,20m; rotação de 180° 1,50m x 1,20m; rotação de 360° diâmetro de 1,50; rampas com 1,50m de largura. Largura mínima para as escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50m, sendo o mínimo de 1,20m. Mesas de alimentos: ter entre 0,75m e 0,85m de altura, largura de 0,55m e pés que permitam a aproximação. Uso da mesa degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso. Balcão de atendimento altura deve estar entre 0,75m e 0,85m do piso. Restaurantes, refeitórios e bares que possuem o <i>self service</i> devem possuir 50% do total do balcão acessíveis a pessoas em cadeiras de rodas.</p>	<p>bengala luminosa, espaço para cadeiras removíveis permitir ampliação da área de uso por acompanhantes ou outros usuários (pessoas com cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida). equipe treinada</p>
Visual	<p>Portas com informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora. Sinalização com números e/ou letras e /ou pictogramas; sinais em relevo, incluindo Braille. Sinalização tátil e visual no piso como orientação no percurso da rota acessível.</p>	<p>Placa Tátil em acrílico com baixo ou alto relevo e braille. Piso Tátil borracha, sanitário acessível, bebedouro de pressão adaptado em braille, software e aparelho para audiodescrição de palestras; lixeira com abertura por sensor. Texto de apoio utilizado pelos palestrantes para os participantes; os serviços de guia cego; menu em braille audiodescrição dos slides. equipe treinada</p>

Auditiva		serviços de estenotipia intérpretes de LIBRAS, Menu na versão em áudio, equipe treinada
Alérgica/ diabética		<i>coffee break</i> informando produtos sem glúten, lactose, sem adição de açúcar. equipe treinada

Quadro 1 - Referências por tipo de deficiências e práticas inclusivas/tecnologias assistivas

Elaboração própria.

A partir das informações da pesquisa, verificou-se que a comunicação dos locais acessíveis no evento deve ser feita por meio do Símbolo Internacional de Acesso. É importante que este símbolo fique em local e altura de fácil visualização e sempre nas rotas acessíveis e, quando necessário, acompanhado com seta do sentido do deslocamento (Sebrae, 2016).

O símbolo internacional de acesso deve ser fixado em local visível ao público, sendo utilizado principalmente nos seguintes locais: entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas acessíveis de embarque e desembarque, sanitários, áreas de assistência para resgate, áreas de refúgios, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas, equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência.

Cabe ainda ressaltar outra orientação da ABNT 9050/2015 com relação à sinalização em eventos:

- a sinalização deve estar localizada na faixa de alcance entre 1,20 m e 1,60 m em plano vertical. Se instalada entre 0,90 m e 1,20 m, deve estar na parede ao lado da maçaneta em plano inclinado entre 15° e 30° da linha horizontal;
- se instalada em portas, deve ser centralizada;
- Em portas duplas, com maçaneta central, instalar ao lado direito;
- Nas passagens deve ser instalada na parede adjacente;
- Os elementos de sinalização devem ter formas que não agridam os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes.

Para melhor orientar as pessoas com deficiência recomenda-se informar que o evento foi concebido e planejado em formato acessível. Para tanto podem ser utilizados banners ou placas na entrada do evento, com a seguinte informação. “Este evento foi planejado para receber pessoas com deficiência e/ou mobilidade

reduzida. Por favor, procure nossa produção caso precise de ajuda ou informações”. “Temos os seguintes serviços disponíveis”: Área reservadas; Área de embarque e desembarque; Audiodescrição; Banheiros adaptados; Comunicação em braille; Equipe orientada; Estenotipia; Intérprete de libras; Vagas de estacionamento; Website adaptado; e, Sala para pessoas mobilidade reduzida entre outros.

No âmbito dos banheiros, orienta-se que os mesmos devem estar localizados em rotas acessíveis, próximos a circulação principal ou integrados às demais instalações sanitárias. Pelo menos 5% do número total de banheiros devem ser adaptados. Ainda sobre essa recomendação, se houver a possibilidade apesar de a lei não exigir, disponibilizar pelo menos um banheiro adaptado às crianças e às pessoas de baixa estatura (Sebrae, 2016).

Outro ponto de fundamental importância é o treinamento das pessoas para o atendimento das pessoas com deficiência durante todas as etapas do evento. Para todos os tipos de deficiências uma equipe bem treinada faz toda a diferença para o sucesso do evento. Apesar do avanço histórico da legislação brasileira para a inclusão de pessoas com deficiências em todos os espaços físicos, acredita-se que a transposição da barreira atitudinal é o elemento essencial com o para a completa inclusão de todos na sociedade (FERREIRA, 2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de um evento desde a sua concepção em um formato acessível tem sido um desafio para produtores e organizadores de eventos. Esta nova demanda de consumidores de espaços físicos, serviços e produtos acessíveis estão cada vez mais exigentes bem como informados quanto ao seu direito de ir e vir. Ao mesmo tempo, constata-se que empreendedores mais sensíveis consideram o público de pessoas com deficiências como uma demanda consumidora importante para o sucesso do evento, apostando inclusive em nicho de mercado.

As diversas barreiras que ainda existem para a realização de um evento acessível (atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e tecnológicas) podem ser minimizadas através da divulgação práticas inclusivas experimentadas em diversos eventos no Brasil, tais como Copa do Mundo (Brasil), Olimpíadas (RJ), Festival CoMa, SENTIR: Mostra sensorial e inclusiva, em Brasília (DF).

A formação acadêmica em cursos da área de Turismo e Hospitalidade, mais especificamente em Eventos necessita de um aprofundamento no que tange a temática da acessibilidade como um todo, não somente como um modismo ou uma luta de minorias, mas sim como um processo de profissionalização da área, devendo ser contemplado pesquisas nas quais estejam no centro o consumidor final. Nesse sentido, recomenda-se participação de pessoas com deficiência que é

o usuário do produto, desde a concepção do evento até o pós evento.

Por meio desse estudo foi possível identificar, verificar e descrever diversos aspectos que ainda devem ser explorados no segmento de eventos, tornando-os mais acessíveis. Sobre este aspecto, produtores de eventos estão frente a um novo desafio: conhecer e apropriar das tecnologias assistivas para eventos as quais estão disponíveis no mercado para todos os tipos de deficiências.

REFERÊNCIAS

ABEOC BRASIL. **II Dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil 2013**. Eventos Expo Editora: Brasília, 2014.

ABNT NBR 9050:2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso em 05 de jan de 2016

BRASIL (2004). **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf> Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL (2009). Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível**. Volume III. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL (2015). Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em 12 de junho 2016.

BRASIL. SDHPR. **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD**. 2009. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva> Acesso em 09 de março de 2015.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva, Porto Alegre, 2013**. Disponível em: http://http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf Acesso em 12 de out. de 2017.

BRITTO, J.; FONTES, N. **Estratégia para eventos: uma ótica de marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 6860/2017** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2123110> Acesso em 03 de novembro de 2017.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

EVENTBRID BLOG. **Acessibilidade em eventos: eliminando obstáculos**. Disponível em: <https://www.eventbrite.com.br/blog/durante-o-evento/acesibilidade-eventos-ds00/> Acesso em 25 de out de 2017.

FERREIRA, L. M. **Acessibilidade em Eventos**: uma análise da feira do livro em Porto Alegre 2015. Trabalho de Monografia, Faculdade de biblioteconomia e Comunicação, UFRS, 2015.

GARCÍA, J. C. D.; FILHO T. A. G. **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

IBGE (2010). **Censo demográfico**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/2098-np-censo-demografico/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=resultados> Acesso em 02 de out 2017

ONU. **A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil**: uma agenda de desenvolvimento pós 2015. Nações Unidas no Brasil: Brasília, 2013.

SEBRAE. **Guia de acessibilidade em eventos**: projeto Sebrae mais acessível. Governo do Estado de São Paulo, 2016.

SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. A. C. (2016). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: Comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Disponível em : <http://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada-baixa-min-2.pdf> Acesso em 12 de março de 2017.

UNICAMP. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. PUPO, D. T., MELO, A. M., FERRÉS, S. P. (orgs.). Unicamp: Campinas, SP, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 46, 54

Acessibilidade 87, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 134, 203, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 234

Action learning 181, 184, 185, 190, 196

Adolescente 26, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 229

Alfabetização 74, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 235

Alimentação saudável 92, 97

Arte 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 105, 110, 159, 161, 174, 209

Assistência estudantil 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Avaliação 17, 18, 23, 64, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 85, 86, 90, 103, 117, 143, 144, 146, 150, 152, 154, 193, 200, 213, 215, 218, 219, 220

C

Cidadania 9, 26, 27, 28, 31, 37, 43, 44, 45, 49, 83, 89, 120, 134, 158, 163, 197, 199, 204, 210

Coefficiente de correlação 1, 2

Concepções pedagógicas 66, 67, 68

Construção 9, 11, 20, 26, 27, 28, 31, 37, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 59, 65, 67, 68, 70, 74, 80, 85, 113, 119, 128, 132, 141, 153, 158, 160, 166, 168, 169, 174, 197, 210, 214, 231, 233

D

Democracia 54, 55, 57, 58, 65, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212

Design thinking 103, 181, 182, 184, 185, 192, 193, 194, 196

Direito 3, 5, 6, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 44, 47, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 82, 83, 89, 118, 124, 125, 130, 132, 134, 144, 160, 161, 162, 177, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 206, 208, 223, 227, 228, 231, 232

Direitos humanos 16, 26, 27, 28, 30, 31, 38, 42, 43, 44, 118, 119, 126, 206, 211, 212, 223, 224, 227, 228, 229, 232, 233, 234

E

Educação 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 134, 141,

142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 188, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 222, 231, 233, 235

Educação especial 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 91, 141, 142

Emancipação 10, 46, 51, 52, 53, 74

Ensino 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 90, 91, 92, 93, 95, 101, 106, 107, 109, 113, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 167, 178, 181, 192, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 205, 207, 208, 209, 213, 215, 221, 222, 235

Ensino de literatura 156, 158, 160, 161

Ensino superior 1, 2, 3, 25, 55, 58, 60, 197, 198, 199, 202, 235

Escola 7, 11, 17, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 128, 133, 141, 145, 151, 153, 182, 205, 206, 207, 208, 209, 211

Escrita 17, 24, 64, 112, 114, 133, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 163, 164, 177

Estatística descritiva 1

Estratégias 52, 66, 72, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 109, 119, 134, 149, 150, 151, 153, 163, 164, 165, 167, 169, 171, 172, 178, 180, 188, 225, 234

Evasão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 188, 195, 200, 204

Eventos 14, 17, 22, 23, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 203, 231

Extensão 10, 113, 164, 171, 202, 213, 221

G

Game 98, 99, 100, 102, 106, 109, 110, 111

Gamificação 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Gestão democrática 7, 8, 9, 10, 11, 28, 47, 50, 209

H

História da educação brasileira 66, 77

Horta 92, 93, 95, 96

I

Identidades 12, 14

Inclusão 81, 82, 83, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 198, 202, 207, 213, 214, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 234

Inclusão social 83, 119, 127, 132, 134, 137, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 233, 234

Intolerância 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 31, 32

J

Job crafting 181, 184, 185, 196

L

Leitura 17, 63, 96, 112, 113, 114, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 180, 202, 234

M

Metodologia ativa 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 193, 194, 195

Modelos mentais 181, 183, 194, 196

Motivação 34, 35, 36, 72, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 167, 168, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196

N

Negro 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22

O

Organização do conhecimento 128, 129, 130, 134, 135, 137, 140, 141, 142

P

Participação 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 28, 30, 38, 41, 83, 87, 89, 106, 108, 117, 119, 120, 122, 125, 130, 134, 174, 175, 184, 197, 201, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 215, 228, 234

Pessoas com deficiência 81, 82, 89, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 203, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234

Pessoas surdas 128, 129, 131, 134, 136, 137

PET 156, 157, 161, 213, 214, 215, 216, 220

PIBID 112, 113, 114, 235

Plano nacional de educação 79, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 144, 154, 155

Política 9, 15, 38, 51, 54, 56, 58, 75, 81, 91, 140, 144, 146, 164, 199, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211

Processo dialógico 46, 48, 51, 53

Programa PMALFA 143

Psicologia positiva 98, 99, 100, 109

R

Racismo 12, 13, 15, 18, 20, 21, 22, 31, 206

Religião 12, 56, 227

Responsabilidade 26, 32, 38, 45, 50, 73, 75, 85, 86, 98, 198, 203

S

Sala de aula invertida 181, 183, 191, 195

Sistema municipal de ensino 7

Softwares 213, 214, 215, 218, 222, 230

Sustentabilidade 92, 93

T

Tecnologia assistiva 119, 126, 127, 137, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234

Tendências pedagógicas 66, 68, 77

Teoria da autodeterminação 107, 181, 185, 186, 187, 195, 196

Timor-Leste 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65


Tratamento da Informação 128, 129, 153

V

Violência 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 83




EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

4

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

4

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br